

A atuação de Baltasar Lisboa como juiz conservador das matas de Ilhéus

(1797 – 1818)

Ana Paula dos Santos Lima*

Os relatórios de Baltasar da Silva Lisboa denunciam abusos no uso dos recursos naturais na Comarca de Ilhéus, principalmente no manejo das florestas. Ele assume uma posição de protetor das árvores e dos povos do Brasil. Posição delegada pela Coroa e aceita por ele com boa vontade e satisfação:

Não me poupei até agora, Excelentíssimo Senhor, a algum gênero de fadiga, como dela resultasse utilidade ao serviço de Sua Majestade, vagando pelas matas, por lugares que jamais penetradas, tombando a minha custa, as que ficaram reservadas a Sua Majestade, levantando Mapa de toda a Comarca
(LISBOA, s/d)

Designado Ouvidor e Juiz Conservador das Matas na Comarca de Ilhéus em 1797 permaneceu nesse cargo cerca de vinte anos. Nesta responsabilidade escreveu em torno de dez memórias com descrições minuciosas, longas e precisas, algumas destas memórias de Baltasar Lisboa apresentam informações que foram remetidas para a Coroa Portuguesa em ofícios, sendo um resumo detalhado de ações e resultados, de sua prática na Comarca.

Num artigo no Jornal *A Tarde*/ 1961, Carlos Pereira Filho, sócio da Academia de Letras de Ilhéus referendou a importância dos estudos de Baltasar Lisboa para a História da região Sul baiana exaltando sua “inteligência, cultura e carreira brilhante” e lamentou

*Historiadora, Mestra e Doutoranda em Ensino, Filosofia e História das Ciências (Universidade Federal da Bahia/ Universidade Estadual de Feira de Santana). Bolsista CAPES. Realiza essa pesquisa orientada pelo Prof.Dr. José Carlos B. de Santana (UEFS) e pela Profa. Dra. Lorelai B. Kury (FIOCRUZ).

por seu nome e os seus atos se encontrarem “sepultados no mais frio esquecimento pelos ilheenses da presente geração” (PEREIRA, 1961).

Sua vida é permeada de reveses diplomáticos. O episódio mais conhecido que vem sendo repetido por muitos historiadores que se depararam com documentos relativos a Baltasar Lisboa foi de seu desentendimento com o Vice- Rei Conde de Rezende enquanto Juiz de Fora do Rio de Janeiro. Caio Prado, por exemplo, não o deixou passar despercebido em sua argumentação sobre a Formação do Brasil Contemporâneo:

Em 1794, o juiz-de-fora do Rio de Janeiro, Baltasar da Silva Lisboa (...) denunciava este contrabando que se fazia, segundo ele, às escâncaras e sob as vistas de autoridades desleixadas e mesmo coniventes. E cita dados edificantes: nos quinze meses que precedem sua denúncia, nada menos de 30 embarcações estrangeiras, na maioria inglesas e carregadas de mercadoria tinham aportado ao Rio de Janeiro (Prado, 1981: 230).

Caio Prado se refere ao incidente da farinha, em que Baltasar Lisboa descobriu contrabando no Rio de Janeiro e o Conde de Rezende estaria envolvido senão por participação ao menos por omissão. Conforme Bellegarde (1840), o juiz Baltasar Lisboa não admitindo a fome que castigava o povo da capital pela exportação da farinha de Pernambuco, indispensável gênero, foi a bordo das embarcações, investigou e identificou um ajudante de ordens do Conde de Rezende como principal suspeito do crime.

A notícia foi um golpe para o Conde de Rezende e injeção de popularidade para o Juiz Baltasar Lisboa. Desde então se iniciou uma disputa por poder e influência política entre os dois que resultou na expulsão de Baltasar Lisboa do Rio de Janeiro em 1796. Seguiu para Portugal onde prestou esclarecimentos sobre a situação e foi incumbido do cargo de Ouvidor e Juiz Conservador das Matas de Ilhéus (1797) sendo o primeiro a ser nomeado a esse cargo no Brasil.

Provavelmente o Conde de Rezende não leu a opinião que Baltasar da Silva Lisboa perpetuou nos *Annaes do Rio de Janeiro* quase quarenta anos após esse episódio sobre sua contribuição para a história do Brasil:

(...) O Conde de Rezende, que fazia prender por traidores aos homens de letras que se juntavam para comunicarem os seus conhecimentos sobre a Historia Natural, Agricultura, e as artes do Brasil, classificando por crime de alta traição a lição dos correios da Europa, e até das Gazetas (LISBOA, 1834).

Em Ilhéus, responsável pelos cortes de madeiras, teve notória oposição. Seu plano tornava o Estado gerenciador de todas as atividades dos cortes de madeiras, os particulares deveriam obedecer a regras mesmo em suas propriedades. Autoridades na Comarca expressaram desacordo com a administração de Baltasar Lisboa e criticaram sua postura como irresponsável e autoritária, a exemplo Pe. Joaquim Malta e o Capitão do Morro de São Paulo, Domingos Muniz Barreto.

O Pe. Joaquim Malta teria expressado que os povos da Comarca de Ilhéus estavam descontentes com o novo plano dos cortes de madeiras. Baltasar Lisboa se defendeu das críticas feitas por esse clérigo acusando-o de caluniador, sedicioso e participante dos negócios de monopólio das madeiras por particulares:

Clérigo tão sedicioso, que espalhou por todas as partes vozes caluniadoras da fidelidade dos povos (...) induzindo aos Povos, para que se opusessem a sua observância, espalhando por toda a parte terrores, pânicos, para atemorizar o governo, e assim poder encher o objeto das suas esperanças, e dos que com ele viviam do monopólio das madeiras, publicando além deste mil injurias, para fazer-me odioso no amor dos Povos, e duvidosa a reputação, com que serviu a S. Majestade (...) (LISBOA, 1799).

Para ele tanto este padre Joaquim Malta quanto Domingos Muniz Barreto, dentre outros, se incomodavam com as regras nos cortes das madeiras porque eram cúmplices

nos interesses de particulares nos negócios e se preocupavam apenas com o lucro deixando de lado o bem do Estado português e a necessidade vital das matas.

Baltasar Lisboa reclamava da passagem de embarcações “sem embarço” no Morro de São Paulo, do qual Domingos Muniz Barreto era capitão, chegando a propor ao Visconde de Anadia a “inutilidade do Presídio”, pois, não se cumpria às ordens do Regimento que estabelecia que o Governador do Morro de São Paulo além das funções do seu Posto deveria registrar e arrecadar os Direitos reservados a Coroa concernente ao comércio das madeiras, assim se ordenou: “Mando que os Barcos que saírem pela Barra do referido Presídio (...), ou qualquer outros da Comarca dos Ilhéus lhe paguem de cada viagem os Barcos mil reis, e as Lanchas quinhentos reis”.

Por sua vez, o capitão acusou Baltasar Lisboa de possuir um “péssimo caráter, sempre vacilante, incerto e louco, tanto na administração de justiça aos povos, como na dos Reais Cortes e ainda nos graves prejuízos da Real Fazenda” e solicitou ao Visconde de Anadia a oportunidade de se defender das acusações que Baltasar Lisboa teria feito à sua atuação no governo do Presídio do Morro.

Cinco anos antes desse episódio, Domingos Muniz Barreto escreveu a D. Rodrigo de Sousa Coutinho ofertando terras suas para a Coroa, que serviriam de pastagens para os bois usados para transportar as madeiras, dizendo também estar ciente dos elogios que Baltasar Lisboa recebera deste Secretário Ultramarino.

Baltasar Lisboa escreveu ao Capitão agradecendo e dizendo que enviaria a correspondência à Corte. Juntamente a esta anexou um atestado afirmando a contribuição de Domingos Muniz Barreto para o desenvolvimento dos trabalhos no corte de madeira. Como atesta o documento, Domingos Muniz Barreto procurou ajudar Baltasar Lisboa em seus empreendimentos “ajudando-me ao desempenho de importantes deveres, que sem o seu socorro o não podia fazer”.

No entanto, no decorrer do processo de regulamentação dos cortes de madeiras na Comarca de Ilhéus essas autoridades da Comarca não partilharam consenso sobre as políticas relativas aos cortes das madeiras, por isso, as relações tornaram-se conflituosas. Domingos Muniz Barreto se incomodou com a política de racionalização dos cortes implantada por Baltasar Lisboa sugerindo a Coroa que:

É melhor conservar os paus, como dito tenho, debaixo da vigia dos seus proprietários, e premiando-se na visita geral, que o mesmo Ouvidor deve fazer anualmente, àquele Lavrador ou Lavradores a quem se acharem mais paus de construção, bem conservados, e este fará uma emulação muito proveitosa (MUNIZ, 1800).

Enquanto Baltasar Lisboa defendia o total controle estatal nos cortes das madeiras, Domingos Muniz Barreto sugeria medidas amenas que manteriam claramente o *status quo* garantindo os interesses dos particulares. É interessante o fervor e grau de incômodo que este Capitão manifestou criticando Baltasar da Silva Lisboa. Para ele apesar daquele ter sido nomeado Ouvidor da Comarca de Ilhéus em um momento de evidente deficiência na administração dos cortes de madeiras e possuir uma notória formação acadêmica, não empreendia uma boa administração, pois, utilizava-se do título acadêmico para cometer abusos de poder.

Conta que enquanto Baltasar Lisboa esteve na administração dos cortes de madeiras em Ilhéus apresentou três projetos de regulamentação “inteiramente contraditórios entre si”, o primeiro era intransigente, o segundo invalidava o primeiro e o último era rigoroso tanto quanto o primeiro. Conforme Domingos Muniz Barreto, essas mudanças nos regulamentos se deram em curto período de tempo:

Três porém foram os diferentes projetos que em breve tempo concebeu, para administração dos Cortes, inteiramente opostos, e contraditórios entre si. O primeiro Projeto era severo, e a ninguém era permitido entrar nas suas próprias matas a cortar um único pau, e ainda que fosse para conserto da ruína ameaçada, sem Licença do Juiz Conservador. A mesma faculdade era necessário para cultivar, e plantar, e para preparar os terrenos para uso necessários. Que opressão! (...) e só era licito pela administração da mesma Conservatoria o cortarem-se para serem remetidos em estaque ao Arsenal da Bahia, para aí se venderem aos Particulares. As canoas daquelas mesmas qualidades de paus, por serem então as melhores, e mais duráveis para o serviço dos Lavradores no trânsito dos Rios, foram igualmente embaraçadas, e ninguém ousara fabricá-las sem Licença do Juiz Conservador, para o que sempre era

necessário proteção. Não passou muito tempo que aquele mesmo Juiz Conservador, que tinha concebido aquele Plano, e pelo qual se regia não apresentasse novamente ao Governador, e a Junta da Real Fazenda outro Sistema inteiramente oposto ao primeiro, o qual derogando tudo quanto acima fica exposto, se reduzia unicamente a que ficassem todas as madeiras, e taboados, fossem ou não de construção em toda a sua liberdade, exigindo somente a Real Fazenda certos direitos na exportação das madeiras, e taboados em lugar do estaque feito pelo Arsenal, e pela Conservadoria. Não mediaram três meses que aquele Ministro vacilando na incerteza não cogitasse outro novo, e terceiro Plano inteiramente contraditório, e oposto aos dois primeiros (...) Tornavam por aquele Alvará a serem outra vez vedados alguns paus, e outros eram inteiramente livres (...) renascia outra vez a opressão dos Agricultores, e Fabricantes, suposto que por diversas veredas dos seus antecedentes Planos (MUNIZ, 1800).

Formado pela Universidade de Coimbra em 1783, Baltasar Lisboa nasceu na Bahia em 1761 e faleceu no Rio de Janeiro aos 79 anos de idade em 14 de agosto de 1840. Sócio Honorário do Instituto Histórico Brasileiro fez parte dos literatos fundadores, faleceu quando o IHGB tinha apenas dois anos de atuação no Brasil. Participou também de outras importantes instituições científicas como a Academia Real das Ciências de Lisboa, Instituto Real para a Propagação das Ciências em Nápoles e Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.

Foi Juiz de Fora do Rio de Janeiro de 1788 a 1798. Desembargador dos Agravos, da Casa da Suplicação do Rio de Janeiro (1809), Comendador da Ordem de Cristo - Conselheiro do Imperador D. Pedro I e Professor da Faculdade de São Paulo (1827), cargo que segundo Bento Lisboa, seu sobrinho, assumiu por apenas dois anos pela “avançada idade em que se achava, e as moléstias que padecia”. É referente o prefácio da memória “Riqueza do Brasil em Madeiras de Construção” em que Baltasar Lisboa escreveu algumas linhas autobiográficas:

No tempo em que fui empregado no Serviço Nacional nesta Corte do Rio de Janeiro, no lugar de Juiz de Fora por nove anos, exercendo por vezes o de

Ouvidor da Comarca; por ter feito os estudos regulares na Universidade Reformada de Coimbra sobre os objetos da Historia Natural, diligencieei adquirir conhecimentos práticos de um dos mais importantes objetos da riqueza do Brasil, que incontestavelmente demonstram as madeiras de Construção e Carpintaria. Continuei em igual diligencia, quando S. Majestade Fidelíssima (que Deus guarde) Houve por bem empregar-me, quase por vinte anos, nos Lugares de Ouvidor e Conservador das Matas da Comarca dos Ilhéus. Persuado-me, que na repartição da Inspeção das Matas fiz algum serviço à Marinha, e ao Estado; o que não só consta de notoriedade publica, mas também de ofícios multiplicados, que se acham nas Secretarias de Estado respectivas, e não menos na do Governo da Bahia, e Intendência ali criada por Carta Regia, para promover as Construções Navais. Havendo gravemente enfermado em penoso exercício do Corte das Matas, o Augusto Senhor D. João VI me fez a Mercê da Aposentadoria no Conselho da Fazenda desta Corte; não deixei contudo, nas minhas circunstancias valetudinárias, de fazer breve extrato das Memórias sobre os meus trabalhos literários na longa carreira do Serviço, tanto do Annaes do Rio de Janeiro, de que fiz Deposito na Biblioteca Publica da mesma Corte, como das observações sobre a Physica dos Bosques, que intentei dar à luz (...) (LISBOA, 1823).

Era filho de Henrique da Silva Lisboa, lisboeta, e Helena Nunes de Jesus, natural da Bahia, casado com Joana Evangelista de Souza e irmão de Daniel Nunes da Silva Lisboa, cônego prebendado na Sé Metropolitana e diretor das religiosas do Convento da Lapa; de Paulino da Silva Lisboa, que foi recebedor tesoureiro da Mesa da Inspeção da Bahia e José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairú, este, seu irmão mais velho.

Baltasar e José Lisboa tiveram em comum os estudos de História Natural com Domingos Vandelli na Universidade de Coimbra e a atividade de funcionários da Coroa Portuguesa. Porém, enquanto José se dedicava a entender Adam Smith e à carreira política, Baltasar estudava Lineu e Buffon e se dedicou ao ofício de naturalista. Fiéis a coroa portuguesa, avessos às ideologias revolucionárias, ambos foram úteis à Coroa portuguesa dando contribuições de ordens diferentes à máquina estatal.

Os irmãos Silva Lisboa não eram provenientes de família nobre ou afortunada. Segundo Bento da Silva Lisboa, filho do Visconde de Cairú, seu avô era um *architetto*. Mas,

Rocha (2001) chama atenção para o fato de que esse título profissional se refere ao que conhecemos hoje como pedreiro. Ele chega a essa conclusão a partir das designações vocabulárias do termo “arquiteto” no século XVIII e dos comentários de Cipriano Barata sobre as dificuldades da família Silva Lisboa no último quartel do século dezoito.

Cipriano Barata, jornalista baiano, também estudou na Universidade de Coimbra, foi contemporâneo de José Bonifácio, Manoel da Câmara Bittencourt e José da Silva Lisboa. No entanto, os outros se inseriram na máquina estatal, ao contrário desse intelectual das letras (Morel, 2001: 33). Marco Morel (2001) considera que ele se sentia incomodado por essa diferenciação social e constantemente fazia críticas a esses intelectuais. Numa dessas vezes, procurando desvalorizar o Visconde de Cairu, que considerava seu inimigo político, escreveu:

Eu conheci como as palmas de minhas mãos, entre os fidalgos modernos, um Visconde que até a idade de 22 anos andou com casaca de cotovelos róticos, botões caídos e chapéu casquete, e às vezes de vestes de ganga rôtas e chicnelos, o qual depois de vários lances da fortuna e traições à Pátria fizeram chibantão; e o pai dêste, até vinte anos nunca teve sapatos; sua camisa e calça eram de aniagem e rôta; e em lugar do chapéu servia um pedaço de bamba – querê atado na cabeça, o qual também lhe fazia vezes de lenço; e era ajudante e remador de uma canoa de pescar tainhas; e um irmão dele e tio daquêle, todo esfarrapado, tomava esmolas na portaria de São Francisco e trazia atrás de si moleques, que o apupavam (...) (VIANNA, 1945)

A intenção deste discurso na época foi desvalorizar a condição política de José da Silva Lisboa, mas, na atual circunstância, contribui para percebermos a situação social dos irmãos Silva Lisboa. Não se deve, porém, considerar *ipsis litteris* essa descrição do jornalista Cipriano Barata, já que Rocha (2001) destaca o intenso histórico político dele possivelmente interferindo na prática discursiva.

No entanto, cabe também considerar, que seus desafetos políticos não o fariam construir um texto baseado completamente em mentiras e Marcos Morel informa que a origem social de Cipriano Barata foi semelhante à de José da Silva Lisboa (Morel, 2001:33).

Enfim, “os ganhos do pai de Cairu no ramo de construções deviam oferecer à família, dificilmente, uma condição remediada” levando-se em conta, por exemplo, que tanto José da Silva Lisboa como seu irmão completaram os estudos em Portugal.

Baltasar da Silva Lisboa foi estudar na Universidade de Coimbra aos quatorze anos de idade, aos cuidados de seu irmão José da Silva Lisboa e do bispo D. Francisco de Lemos Pereira Coutinho. Ingressou nesta instituição no período da reforma pombalina, fez parte do grupo de *savants* que confiavam na felicidade coletiva através do progresso da ciência. Acreditava que os homens deveriam interferir na Natureza com inteligência e a filosofia iluminista denotava a condução para esse fim.

Constam dois *Elogios históricos* à sua memória na Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, feitos respectivamente por Bento da Silva Lisboa e Pedro de Alcantara Bellegarde que o assim descreveu:

O Conselheiro Baltasar da Silva Lisboa foi de compleição robusta, de estatura pouco acima de ordinária, e de aspecto venerando. O seu coração era em extremo sensível aos males alheios, e por isso nem sempre olhava ao que podia quando se tratava de amparar desvalidos: sua alma foi nobre, constantemente desprezadora das riquezas, e saiu pobríssimo dos importantes lugares que exerceu, a ponto de ser a sua pompa fúnebre fornecida por seus sobrinhos (...). Privado de uma esposa, que por muitos anos havia sido sua companheira fiel e virtuosa, e sem filhos, cultivava a amizade dos seus sobrinhos, que o estimavam como pai. Não se esquecia dos amigos, e com uma delicadeza, que só conhecem os corações sensíveis, em espécies vegetais que descreveu, pôs o nome específico de alguns. E para que nada faltasse a esta alma virtuosa, a religião foi uma convicção profunda, uma consolação constante que teve nos desgostos da idade avançada, e nos contrastes da vida (...). Se morreu pobre de dinheiro, foi rico de saber e de preciosas qualidades; e o Instituto, celebrando sua memória, recomenda á veneração dos Brasileiros o bom cidadão, bom esposo, bom pai, bom amigo, e um dos nossos mais distintos literatos (BELLEGARDE, 1840)

Esse ilustrado luso-brasileiro dedicou-se e deixou notória contribuição à História Natural. Homem de ciência no Brasil recai na designação de Kury (2004) de que apesar de procurarmos entender de forma estruturante o saber no século das luzes, colonialismo e iluminismo é parte de um mesmo movimento histórico.

Dentre os reveses políticos, Blake (1883) informa que Baltasar Lisboa sofreu duas vezes acusação de inimigo do Brasil, a primeira no contexto da revolução do Porto e depois no processo de independência.

Baltasar Lisboa teria tido resguardada postura frente às enérgicas tomadas de posição políticas da segunda metade do século XIX. Ribeiro (2002) bem argumenta sobre esse contexto do “ser português” ou “ser brasileiro”. Uma liberdade que em tempos de revoluções estava em total fase de construção de sentido e identidade.

A revolução liberal do Porto foi bem recebida em algumas capitânicas no Brasil dentre as quais a Bahia que passou a obedecer diretamente a Portugal nos idos de 1821. Conforme anotou Bernardes (2006) em 17 de fevereiro, chegaram ao Rio de Janeiro as notícias da instauração de uma Junta de Governo em Salvador, e da Proclamação da constituição.

No dia 12 do mesmo mês, a Junta dirigiu ao rei, comunicando os acontecimentos, convocado a jurar a constituição das cortes portuguesas, Baltasar Lisboa levantou suspeitas de não o ter feito e até ter expressado críticas a mesma, Bento da Silva Lisboa (1840) biografou que “(...) apresentando-se ao Governo (...) para jurar logo a Constituição, declarando que lhe parecia que ela não fazia a felicidade da Nação”.

Depois em ocasião da independência no Brasil seus biógrafos também focalizam polêmicas de suposto posicionamento contrário de Baltasar Lisboa a independência nos moldes como estava orquestrada. Por conta desta acusação fugiu de sua propriedade nos arredores do Rio de Contas (Sul da Bahia) para o Rio de Janeiro a fim de prestar devidos esclarecimentos e se livrar das retaliações.

É destacado que José Bonifácio não o recebeu, apenas, depois de documentar e bem argumentar sua postura de entusiasta da independência obteve os devidos votos de distinção por S. Majestade D. Pedro I. Sobre sua retratação José Bonifácio exigiu:

Sendo presente a Sua Magestade o Imperador a Representação do Conselheiro Balthasar da Silva Lisboa, em que se refere a sua conduta, e assevera ser só aparentemente contrária à causa Sagrada da Independência do Brasil, pelas apertadas circunstancias, em que se tem visto na Província da Bahia, protestando a sua adesão à Augusta Pessoa de Sua Magestade Imperial: Manda o Mesmo Senhor, pela Secretaria de Estado dos Negócios do Império, participar ao referido Conselheiro, que, tendo sido notado na opinião publica, como secretario do Governo de Portugal, cumpre que a sua justificação seja também pública pela Imprensa (LISBOA, 1823)

Acompanhando esta nota uma *Justificação ao Público* feita por Baltasar Lisboa foi publicada pela Imprensa Nacional em 1823. Os textos “oração recitada na aula do curso jurídico no Convento de S. Francisco da Imperial Cidade de São Paulo por ocasião do aniversário do nascimento de D. Pedro I (1828)” e “Fala do Conselheiro Baltasar da Silva Lisboa, lente da segunda cadeira do 2º ano do Curso Jurídico, na abertura aula de sua aula em 3 de março de 1829”, publicados pela Typographia Imperial e Nacional são mostra de que sua participação no serviço público continuou bem vinda apesar dele por moléstias ou desconforto político não ter servido efetivamente.

Não cabe considerar Baltasar Lisboa avesso a independência do Brasil, mas, ele realmente não foi um entusiasta da independência aos moldes como se configurou. Na Memória “Riquezas do Brasil em madeiras de construção”, 1823 expressou sua opinião sobre as políticas que achava que se deveria semear no Brasil as quais vislumbravam a natureza do Brasil como objeto de projetos e motivação crucial nos empreendimentos do Estado. Para ele a riqueza do Brasil estava na natureza e as políticas empreendidas deveriam valorizá-la.

Baltasar da Silva Lisboa engrossa a lista dos estudantes luso brasileiros da universidade de Coimbra no período da reforma pombalina que desenvolveram estudos com base na História Natural sobre o Brasil e se preocuparam em introduzir reformas na colônia como funcionários do governo português.

Apesar de sua peculiaridade como *savant* no Estado português já ter despertado a

atenção de historiadores, seu pensamento e trajetória apresentam-se recortados, deixando a desejar a devida compreensão de seu peculiar legado como homem de ciência no Brasil.

Esta comunicação é parte de nossa pesquisa de doutoramento intitulada *Baltasar Lisboa e a História Natural* na qual problematizamos o pensamento deste *savant* como objeto de estudo principal, considerando que compreender seu pensamento de forma sistemática acerca da natureza, economia e política consiste em importante contribuição para a historiografia do Brasil colonial, sobretudo, a prática da História Natural na colônia e depois Reino unido a Portugal.

Fontes

BELLEGRARDE, Pedro De Álcantara. Elogio Historico Do Fallecido Socio Honorário o Conselheiro Baltasar Da Silva Lisboa. *RIHGB* 1840, tomo 2 (suplemento): 34-39.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Primeiro Volume. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. p. 376 – 378.

LISBOA, Baltasar da Silva. *Annaes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Typografia Imperial, 1834.

_____. “Auto de injurias a que procedeu o Ouvidor, Provedor e Juiz conservador das mattas, Balthazar da Silva Lisboa, contra o padre Joaquim Francisco Malta”. Camamú, 1799. Arquivo Histórico Ultramarino/ Arquivo Público do Estado da Bahia.

_____. “Fala do Conselheiro Baltasar da Silva Lisboa, lente da segunda cadeira do 2º ano do Curso Jurídico, na abertura aula de sua aula em 3 de março de 1829”, Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Nacional, 1829.

_____. “Justificação ao Publico por ordem de sua Magestade Imperial”. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1823.

_____. “Observações sobre a Lei da Regência Permanente”. Manuscritos Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. s/d.

_____. “Oração recitada na aula do curso jurídico no Convento de S. Francisco da imperial cidade de São Paulo”. Rio de Janeiro: Typografia Imperial e Nacional, 1828.

_____. Riqueza do Brasil em madeiras de construção e carpintaria 1823. *Revista IGHB- Bahia*. N.52-1926.

MUNIZ, Domingos. “Carta particular para o Visconde de Anadia, em que lhe pede para ser ouvido, no caso de o ex-conservador das Mattas Baltasar da Silva Lisboa apresentar superiormente qualquer queixa a seu respeito. Bahia, 1805. Arquivo Histórico Ultramarino/ Arquivo Público do Estado da Bahia.

_____. Memória sobre os cortes de madeiras de construção estabelecidos na comarca de São Jorge dos Ilhéus (ano provável 1800). Biblioteca Nacional. Ms 512.

PEREIRA, Carlos Filho. “O Ouvidor Baltasar da Silva Lisboa”. *A Tarde*, 30 de Janeiro de 1961.

Referências Bibliográficas:

BERNARDES, Denis Antonio de Mendonça. *O patriotismo constitucional: Pernambuco, 1820-1822*. São Paulo: Hucitec: Fapesp; Recife: UFPE, 2006.

GAUER, Ruth. *A modernidade portuguesa e a reforma pombalina de 1772*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

KURY, Lorelai. Homens de Ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, vol 11 (supplement): 109 – 20, 2004.

MOREL, Marco. *Cipriano Barata na sentinela da liberdade*. Salvador: Academia de Letras da Bahia: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2001.

PRADO, JR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. São Paulo: Brasiliense, 1972.

ROCHA, (org). *Visconde de Cairu*. 34 ed. São Paulo, 2001.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro Reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro, 1945.